

# ***Barcas S.A. Transportes Marítimos***

*Demonstrações Financeiras  
Referentes ao Exercício Findo  
em 31 de Dezembro de 2013 e  
Relatório dos Auditores Independentes  
sobre as Demonstrações Financeiras*

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes

## **Relatório da Administração**

### **1. Sobre a Companhia**

A Barcas S.A. navega cerca de 640 mil quilômetros por ano, sendo hoje a quarta maior operadora de transporte aquaviário de passageiros do mundo. A operação e controle do transporte hidroviário foram concedidos por meio de licitação pública realizada em 1998 pela Cia. de Navegação do Estado do Rio de Janeiro.

No dia 2 de julho de 2012, o Grupo CCR assumiu o controle acionário da concessionária Barcas S.A., adquirindo 80% das ações da empresa. Com a chegada da CCR, um dos maiores grupos privados de concessões de infraestrutura da América Latina, a concessionária passa a se chamar CCR Barcas, marcando o início de uma nova fase para esse transporte de massa que tem 177 anos de existência.

Em 2013, a CCR Barcas iniciou o processo de reformulação operacional, considerando o novo desenho das linhas, a reestruturação do programa de manutenção das embarcações e a revitalização de suas estações.

### **2. Desempenho Econômico e Financeiro**

O ano foi muito importante para o transporte aquaviário de passageiros do Rio de Janeiro. Poucos meses depois de assumir a concessão do serviço (julho de 2012), a concessionária CCR Barcas iniciou o ano com a missão de proporcionar, através de investimentos e muito trabalho, mais qualidade ao sistema e conforto aos usuários.

Dentre as principais entregas feitas ao longo do ano está a conclusão da primeira etapa da Nova Estação Praça Arariboia, em Niterói (25/10). O espaço tem o dobro da capacidade antiga e abriga, confortavelmente, 4 mil passageiros, em ambiente totalmente refrigerado e monitorado por 18 câmeras conectadas ao Centro de Controle Operacional da concessionária. Foram instaladas 24 roletas, mais modernas, no local, que deram maior facilidade e agilidade à entrada dos passageiros. Esses equipamentos funcionam com cartão magnético, têm sinalização eletrônica e ajudam o usuário a perceber o status do dispositivo através de sons e símbolos (acesso liberado, travado, travamento em instantes ou fora de funcionamento). As saídas são mais amplas e também dão agilidade ao processo de embarque e desembarque de passageiros.

Desde a interdição de parte do Elevado da Perimetral (4/11), a CCR Barcas vem registrando aumento no número de passageiros transportados. Nas três primeiras semanas após a interdição, a quantidade de usuários foi 11% maior (2,1 milhões de pessoas transportadas), em relação à média do mesmo período de outubro. Na manhã do dia 5/12, foram transportados, até às 10h, 40 mil usuários, número 7% maior que a média registrada nesse mesmo período das quintas-feiras de outubro. As 29 mil pessoas que passaram pela Estação Praça Arariboia, em Niterói, entre 5h e 10h, encontraram uma operação organizada para fazer a travessia. Na linha de Charitas, foram transportados 4.334 usuários, número 11% maior. No trajeto Cocotá-Praça XV, que liga a Ilha do Governador ao Centro do Rio, 1.782 pessoas (20% a mais) optaram pelo serviço de barcas, entre 7h e 10h.

Para atender a grande quantidade de usuários originada após a interdição da Perimetral, a concessionária começou a operar com postos avançados do Estaleiro em todos os terminais, para dar mais rapidez nos procedimentos de manutenção emergencial das embarcações. Para reforçar a frota, a CCR Barcas colocou em operação o Águia, quarto catamarã trazido neste ano para melhorar o transporte. Com a entrada desta embarcação em operação, a CCR Barcas remanejou a frota e, desde o dia 21 de outubro, aumentou a oferta na linha Praça XV-Praça Arariboia-Praça XV com mais 2.000 lugares nos horários de pico (das 7h às 10h e das 16h20 às 20h), passando de 11.800 para 13.800 lugares por hora.

Vale lembrar também que, desde o dia 6 de novembro, a CCR Barcas implantou de forma assistida, a nova grade de horários das linhas de Arariboia e de Charitas. Com a mudança, o número de viagens na linha Praça Arariboia-Praça XV, até às 10h, passou de 24 para 32 (33% de viagens regulares a mais na grade). No trajeto Praça XV-Praça Arariboia, no período entre 16h e 22h, o aumento foi de 39,29% (11 viagens regulares a mais na grade). Na linha de Charitas, a nova grade permitiu maior regularidade das viagens nos horários de rush, com intervalos de 15 minutos entre as saídas das embarcações. Nos períodos de menor movimento, o maior intervalo entre uma viagem e outra é de 60 minutos.

A CCR Barcas fecha o ano com um saldo positivo. Ao todo, foram transportados 29 milhões de passageiros, 4% a mais que em 2012, em um total de 80.351 viagens, número 1,5% maior que o ano anterior. Com a postura de transparência, característica das empresas do Grupo CCR, e manifestando nosso respeito aos usuários, a CCR Barcas reconhece os problemas enfrentados e tem trabalhado fortemente para solucioná-los. Sabemos que há muito o que melhorar e estamos investindo para que isso aconteça no menor tempo possível.

### **3. Sustentabilidade**

#### **Responsabilidade Corporativa**

Consciente da importância que a prestação de contas e a transparência têm para a reputação e a prosperidade do negócio, a CCR vem, desde sua estruturação em 1998, adotando boas práticas de governança, que asseguram a geração de valor para toda sociedade.

O Grupo CCR adota princípios como transparência, equidade, accountability (responsabilidade) e responsabilidade social, e é considerado uma referência no mercado. Dentre os comitês de gestão que integram o Conselho de Administração da CCR, o Comitê de Estratégia e Sustentabilidade tem a responsabilidade de garantir a inclusão de aspectos socioambientais na gestão de riscos e estratégia de crescimento da Companhia.

A responsabilidade corporativa do Grupo CCR está expressa nas suas práticas de Governança Corporativa em diversas iniciativas, tais como Pacto Global, Carbon Disclosure Project (CDP), Índice de Carbono Eficiente da BM&FBovespa (ICO2), Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE) da BM&FBovespa, Benchmarking do Investimento Social Corporativo (BISC) e Censo GIFE (Grupo de Institutos Fundações e Empresas). Em 2013, o Grupo CCR foi reconhecido pelo Guia EXAME de Sustentabilidade como a empresa modelo do setor de infraestrutura.

A estratégia do Grupo CCR em 2013 consistiu em maximizar a rentabilidade do seu portfólio e viabilizar a perpetuidade, sustentada na competência diferenciada de relacionamento. A sustentabilidade foi uma das diretrizes estratégicas estabelecidas pelo Conselho de Administração que contribuíram para o atingimento das metas.

Seguindo tendência mundial que aponta para a integração entre os relatos corporativos, a CCR integra o seletor grupo de empresas participantes da iniciativa do IIRC – International Integrated Reporting Council – o qual tem por objetivo comunicar de forma concisa a estratégia, a governança, a performance e as perspectivas de uma organização, levando em consideração o contexto externo e a criação de valor no curto, médio e longo prazo.

Dessa forma, o Grupo CCR trabalha suas estratégias de negócio por meio de um processo de gestão integrada, buscando gerar valor nos capitais: financeiro, social, humano, manufaturado, natural e intelectual.

- Capital Financeiro: redução de custos, geração de receitas e acesso ao capital;
- Capital Social: desenvolvimento local, isto é inclusão social, educação, saúde, cultura e esporte;

- Capital Humano: treinamento, capacitação, qualidade de vida, inovação e realização pessoal;
- Capital Manufaturado: infraestrutura e equipamentos para a empresa desenvolver seus serviços;
- Capital Natural: redução de poluição e redução da degradação dos sistemas naturais;
- Capital Intelectual: conhecimento e propriedade intelectual.

Para informações sobre o investimento social responsável, vide Relatório Anual e de Sustentabilidade CCR 2013 (<http://www.ccr.com.br/sustentabilidade/relatorio-sustentabilidade>).

## **4. Considerações finais**

### **4.1. Agradecimentos**

Gostaríamos de expressar os nossos agradecimentos aos usuários, acionistas, instituições governamentais, financiadores, prestadores de serviços e a todos os colaboradores do CCR Barcas.

### **4.2. Auditores Independentes**

Em nosso relacionamento com Auditor Independente, buscamos avaliar o conflito de interesses com trabalhos de não-auditoria com base no princípio de que, o auditor não deve auditar seu próprio trabalho, exercer funções gerenciais e promover nossos interesses.

As demonstrações financeiras aqui apresentadas estão de acordo com os critérios da legislação societária brasileira, a partir de informações financeiras auditadas. As informações não financeiras, assim como outras informações operacionais, não foram objeto de auditoria por parte dos auditores independentes.

Rio de Janeiro, 19 de fevereiro de 2014.

A Administração.

## RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Acionistas e Administradores da  
Barcas S.A. - Transportes Marítimos  
Rio de Janeiro - RJ

### **Introdução**

Examinamos as demonstrações financeiras da Barcas S.A. - Transportes Marítimos (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2013 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

### **Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações financeiras**

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

### **Responsabilidade dos auditores independentes**

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e das divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados às circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva.


### **Base para opinião com ressalva**


A Companhia registrou despesa de complemento de provisão para riscos cíveis, tributários e trabalhistas, no montante de R\$28.071 mil, para constituir provisão avaliada como necessária em 31 de dezembro de 2012, tendo como contrapartida o resultado daquele exercício. Entretanto, não foi possível determinar se parte desse montante deveria ter sido reconhecida no próprio resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2012 ou nos resultados de exercícios anteriores. Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis do exercício corrente incluiu modificação em decorrência desse assunto por razões de comparabilidade dos valores correspondentes.

### **Opinião com ressalva**

Em nossa opinião, exceto pelos possíveis efeitos descritos no parágrafo “Base para opinião com ressalva” aplicável ao resultado de 2012, para os valores correspondentes, as demonstrações financeiras anteriormente referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Barcas S.A. - Transportes Marítimos em 31 de dezembro de 2013, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. .

São Paulo, 19 de fevereiro de 2014

  
DELOITTE TOUCHE TOHMATSU  
Auditores Independentes  
CRC nº 2 SP 011609/O-8

  
José Roberto P. Carneiro  
Contador  
CRC nº 1 SP 109447/O-6

# BARCAS S.A. - TRANSPORTES MARÍTIMOS

## DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### Balanco patrimonial

em 31 de dezembro de 2013

(Em milhares de Reais)

	Nota	2013	2012		Nota	2013	2012
<b>Ativo</b>				<b>Passivo</b>			
<b>Circulante</b>				<b>Circulante</b>			
Caixas e equivalentes de caixa	6	17.560	1.514	Empréstimos e financiamentos	16	-	118.354
Contas a receber	7	630	554	Notas promissórias	17	193.686	-
Contas a receber - partes relacionadas	13	3.954	1.915	Fornecedores		6.000	6.010
Impostos a recuperar	8	512	91	Fornecedores - partes relacionadas	13	2.633	292
Estoques	10	2.867	1.377	Mútuos - partes relacionadas	13	25.660	-
Despesas antecipadas e outras contas a receber	11	4.575	2.489	Impostos e contribuições a recolher	18a	12.982	18.364
				Obrigações sociais e trabalhistas		12.057	6.989
Total do ativo circulante		30.098	7.940	Impostos e contribuições parcelados	18b	1.707	1.864
				Obrigações com o Poder Concedente		52	906
<b>Não Circulante</b>				Aluguéis de embarcações a pagar		-	635
<b>Realizável a longo prazo</b>				Outras contas a pagar		2.291	1.439
Contas a receber	7	23.061	18.934	Total do passivo circulante		257.068	154.853
Impostos diferidos	9b	51.890	51.890				
Depósitos judiciais		7.584	6.862	<b>Não Circulante</b>			
Outras contas a receber	11	6.685	6.685	Impostos e contribuições parcelados	18b	2.669	3.984
		89.220	84.371	Provisão para riscos cíveis, tributários e trabalhistas	19	39.260	35.346
				Provisão para passivo a descoberto	12	1.725	1.066
<b>Imobilizado</b>	14	18.351	5.761	Outras contas a pagar		682	328
<b>Intangível</b>	15	183.641	172.818	Total do passivo não circulante		44.336	40.724
Total do ativo não circulante		291.212	262.950	<b>Patrimônio líquido</b>			
				Capital social	20	243.236	243.236
				Prejuízos acumulados		(223.330)	(167.923)
				Total do patrimônio líquido		19.906	75.313
Total do ativo		321.310	270.890	Total do passivo e patrimônio líquido		321.310	270.890

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

# BARCAS S.A. - TRANSPORTES MARÍTIMOS

## DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### Demonstração do resultado

#### para o exercício findo em 31 de dezembro de 2013

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Nota	2013	2012
<b>Receita operacional líquida</b>	21	164.550	128.295
<b>Custos dos serviços prestados</b>			
Custo de construção		(25.258)	(619)
Depreciação e amortização	14 e 15	(17.729)	(16.761)
Serviços		(6.088)	(8.190)
Custo com pessoal		(69.584)	(55.057)
Materiais, equipamentos e veículos		(35.409)	(30.121)
Energia elétrica		(1.306)	(964)
Aluguéis e condomínios		(4.845)	(956)
Seguros		(1.446)	(928)
Água		(1.268)	(904)
Outros		(3.973)	(4.253)
		<u>(166.906)</u>	<u>(118.753)</u>
<b>Lucro (prejuízo) bruto</b>		(2.356)	9.542
<b>Despesas gerais e administrativas</b>			
Despesa com pessoal		(11.846)	(9.956)
Serviços		(15.539)	(12.033)
Materiais, equipamentos e veículos		(1.415)	(785)
Depreciação e amortização	14 e 15	(168)	(261)
Constituição da provisão para riscos cíveis, trabalhistas e tributários	19	(4.104)	(28.071)
Impostos, taxas e despesas com cartório		(3.681)	(2.405)
Outras despesas operacionais		(4.422)	(3.917)
		<u>(41.175)</u>	<u>(57.428)</u>
<b>Resultado de equivalência patrimonial</b>	12	(659)	(1.562)
<b>Despesas financeiras</b>	22	(14.957)	(21.337)
<b>Receitas financeiras</b>	22	<u>3.740</u>	<u>7.657</u>
<b>Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social</b>		(55.407)	(63.128)
Imposto de renda e contribuição social - diferidos	9a	<u>-</u>	<u>49.511</u>
<b>Prejuízo do exercício</b>		<u>(55.407)</u>	<u>(13.617)</u>
<b>Prejuízo por ação básico e diluído- em R\$</b>		<u>(0,0017)</u>	<u>(0,0007)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



## BARCAS S.A. - TRANSPORTES MARÍTIMOS

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013  
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

---

### Demonstração do Resultado Abrangente

**para o exercício findo em 31 de dezembro de 2013**

(Em milhares de Reais)

	<u>2013</u>	<u>2012</u>
<b>Prejuízo do exercício</b>	(55.407)	(13.617)
Outros resultados abrangentes	<u>-</u>	<u>-</u>
<b>Total do resultado abrangente do exercício</b>	<u>(55.407)</u>	<u>(13.617)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## BARCAS S.A. - TRANSPORTES MARÍTIMOS

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013

*(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)*

---

### Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

**para o exercício findo em 31 de dezembro de 2013**

*(Em milhares de Reais)*

	Nota	Capital social Subscrito	Prejuízos acumulados	Total
<b>Saldos em 1º de janeiro de 2012</b>	20	47.501	(154.306)	(106.805)
Aumento de capital		195.735	-	195.735
Prejuízo do exercício		-	(13.617)	(13.617)
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2012</b>	20	243.236	(167.923)	75.313
Prejuízo do exercício		-	(55.407)	(55.407)
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2013</b>		<u>243.236</u>	<u>(223.330)</u>	<u>19.906</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

# BARCAS S.A. - TRANSPORTES MARÍTIMOS

## DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### Demonstração dos fluxos de caixa - método indireto

para o exercício findo em 31 de dezembro de 2013

(Em milhares de Reais)

	Nota	2013	2012
<b>Fluxo de caixa das atividades operacionais</b>			
Prejuízo do exercício		(55.407)	(13.617)
Ajustes por:			
Imposto de renda e contribuição social diferidos	9a	-	(49.511)
Depreciação e amortização	14 e 15	17.897	17.022
Juros, variações monetárias e cambiais sobre empréstimos, financiamentos e notas promissórias circulantes e não circulantes	22	13.565	12.587
Juros sobre impostos parcelados	18b	236	1.205
Juros e variações monetária sobre mútuo com partes relacionadas	22	1.090	-
Capitalização de custo de empréstimos	22	(1.565)	-
Ajuste a valor presente ativo financeiro	22	(2.535)	(2.194)
Constituição e juros sobre riscos cíveis, trabalhistas e tributários	19	4.104	28.071
Equivalência patrimonial	12a	659	1.562
<b>Variações nos ativos e passivos</b>			
<b>(Aumento) redução dos ativos:</b>			
Contas a receber		(1.668)	(117)
Contas a receber - partes relacionadas		(2.039)	(1.755)
Impostos a recuperar		(421)	38
Estoques		(1.490)	(196)
Despesas antecipadas e outras contas a receber		(2.086)	(3.206)
Depósitos judiciais		(722)	451
<b>Aumento (redução) dos passivos</b>			
Fornecedores		(10)	2.083
Fornecedores - partes relacionadas		2.341	(334)
Obrigações sociais e trabalhistas		5.068	1.519
Impostos e contribuições a recolher e parcelados		(7.090)	(2.169)
Liquidação de provisão para riscos cíveis, trabalhistas e tributários		(190)	(3.044)
Obrigações com o poder concedente		(854)	706
Aluguéis de embarcações e outras contas a pagar		571	(6.114)
<b>Caixa líquido usado nas atividades operacionais</b>		<b>(30.546)</b>	<b>(17.013)</b>
<b>Fluxo de caixa das atividades de investimentos</b>			
Aquisição de ativo imobilizado		(13.467)	(3.946)
Adições ao ativo intangível		(26.278)	(770)
<b>Caixa líquido usado nas atividades de investimento</b>		<b>(39.745)</b>	<b>(4.716)</b>
<b>Fluxo de caixa das atividades de financiamentos</b>			
Integralização de capital		-	5.179
Mútuos com partes relacionadas			
Captações		35.000	-
Pagamentos de principal		(10.240)	-
Pagamento de juros		(190)	-
Empréstimos, financiamentos e notas promissórias			
Captações		345.046	141.943
Pagamentos de principal		(272.634)	(117.995)
Pagamento de juros		(10.645)	(6.588)
<b>Caixa líquido proveniente das atividades de financiamento</b>		<b>86.337</b>	<b>22.539</b>
<b>Aumento do saldo de caixa e equivalentes de caixa</b>		<b>16.046</b>	<b>810</b>
<b>Demonstração do aumento do caixa e equivalentes de caixa</b>			
No início do exercício		1.514	704
No final do exercício		17.560	1.514
		<b>16.046</b>	<b>810</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## BARCAS S.A. – TRANSPORTES MARÍTIMOS

### NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

---

#### 1. CONTEXTO OPERACIONAL

##### a. Constituição e objeto

Barcas S.A. - Transportes Marítimos é uma Sociedade Anônima de capital fechado, que tem por objetivo a navegação de cabotagem e travessia marítima no Estado do Rio de Janeiro, transportando passageiros e bens nas rotas concedidas, sendo-lhe facultada ainda a participação em outras sociedades para a consecução da realização de seus objetivos.

A operação e controle do transporte hidroviário foram concedidos por meio de licitação pública, em 1998, pela Companhia de Navegação do Estado do Rio de Janeiro e é a única concessionária de serviços públicos dedicada à operação de transporte de massa no modal aquaviário, com direito de atuação no Estado do Rio de Janeiro. O contrato de concessão tem prazo de 25 anos, com possibilidade de extensão por outros 25 anos. A concessão vai até fevereiro de 2023.

A Barcas detém 99,99% do capital da ATP, empresa cujo principal objeto social é a administração de receitas acessórias da Barcas.

Os compromissos futuros relacionados aos investimentos e liquidação de obrigações financeiras, serão honrados através de novas captações no mercado financeiro e ou aportes adicionais de capital dos investidores.

##### b. Outras informações

- i. Ação Civil Pública nº 2004.001.000961-5 proposta pelo Ministério Público em face do Estado do Rio de Janeiro e da Barcas S/A, em trâmite na 4ª Vara da Fazenda Pública do Rio de Janeiro requerendo, a rescisão do contrato de concessão firmado entre o Estado do Rio de Janeiro e a Concessionária e a realização de novo procedimento licitatório. O pedido de liminar foi indeferido. O Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro manteve o indeferimento da liminar. O processo está em fase de perícia.
- ii. Ação Civil Pública movida pela Associação Brasileira de Consumidor e Trabalhador (Abrecont) nº 0082365-89.2012.8.19.0001, que requer a suspensão da cobrança do acréscimo de tarifa no trecho Praça XV - Araribóia - Praça XV, decorrente do reequilíbrio do contrato de concessão, conforme Decreto 43.441 de 30 de abril de 2012, retornando ao valor anterior ou, alternativamente, que a tarifa seja reajustada em 6%, índice aplicado ao salário mínimo vigente no país. O pedido de liminar foi indeferido. A Autora interpôs agravo de instrumento que teve provimento negado. O processo encontra-se em fase de instrução.
- iii. Ação Popular nº 0056005-06.2001.8.19.0001, movida em face do Estado do Rio de Janeiro, Barcas S/A e outros, visando a declaração de inconstitucionalidade do Decreto 28.177/2001 e a declaração de caducidade do contrato de concessão. Em primeira instância foi julgada procedente para declarar a caducidade da concessão das linhas Praça XV – Charitas, Praça XV - São Gonçalo, Praça XV - Guia de Pacobayba, Praça XV - Barra da Tijuca e Rio de Janeiro - São Gonçalo (seletiva especial), e reconhecer o direito do Poder Concedente reaver e licitá-las livremente. Interposto recurso de apelação, este foi provido pelo Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro, revertendo totalmente a decisão de primeiro grau. O Autor interpôs Recurso Especial ao STJ em 11 de julho de 2012 que não foi admitido. Em 18 de dezembro de 2012 os autores da ação interpuseram recurso de Agravo de Instrumento, que aguarda julgamento pelo STJ.

- iv. Ação Civil Pública nº 0030179-65.2007.8.19.0001 movida pela Comissão de Defesa do Consumidor da Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro em face de Barcas S/A e da Agetransp, na qual questiona a legalidade do reajuste da tarifa ocorrido em 2007, requerendo concessão de liminar para suspender o aludido reajuste. O pedido de liminar foi indeferido. Em 03 de novembro de 2012 a ação foi julgada improcedente.
- v. Ação Popular nº 0120322-27.2012.8.19.0001, movida em face do Estado do Rio de Janeiro, CCR S/A, Companhia de Participações em Concessões, Barcas S/A e outros, requerendo: a) a declaração de nulidade do reajuste da tarifa ocorrido em 2012; b) a declaração de nulidade da redução da base de cálculo do ICMS, c) declaração de caducidade do contrato de concessão pela transferência do controle acionário da Concessionária e abertura de nova licitação; d) o deferimento de antecipação de tutela para que a tarifa cobrada seja aquela anterior ao reajuste. O pedido de liminar foi indeferido. Em 10 de dezembro de 2012 as rés, Barcas S/A, CCR e CPC apresentaram suas contestações.

## 2. Principais práticas contábeis

As políticas e práticas contábeis descritas abaixo têm sido aplicadas consistentemente para todos os exercícios apresentados nas demonstrações financeiras da Companhia.

### a) *Apuração do resultado*

Os resultados das operações são apurados em conformidade com o regime contábil de competência do exercício.

### b) *Receitas de serviços*

As receitas de transporte aquaviário são reconhecidas quando da utilização das barcas pelos usuários.

As receitas acessórias são reconhecidas quanto da efetiva prestação de serviços.

Receitas de construção: segundo a Interpretação Técnica ICPC 01 (R1), quando a concessionária presta serviços de construção ou melhorias na infraestrutura, contabiliza receitas e custos relativos a estes serviços de acordo com o CPC 17 – Contratos de construção. O estágio de conclusão é avaliado pela referência do levantamento dos trabalhos realizados.

Uma receita não é reconhecida se há incerteza significativa na sua realização.

### c) *Instrumentos financeiros*

- Ativos financeiros não derivativos

A Companhia reconhece inicialmente os empréstimos e recebíveis na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros (incluindo os ativos designados pelo valor justo por meio do resultado) são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Companhia se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual essencialmente os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos.

- Ativos e passivos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado

Um ativo ou passivo financeiro é classificado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação ou tenha sido designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os custos da transação, após o reconhecimento inicial, são reconhecidos no resultado quando incorridos. Ativos e passivos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado são medidos pelo valor justo e mudanças no seu valor justo são reconhecidas no resultado do exercício.

- Empréstimos e recebíveis

Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.

- Passivos financeiros não derivativos

A Companhia reconhece inicialmente títulos de dívida emitidos na data em que são originados. Todos os outros passivos financeiros (incluindo aqueles passivos designados pelo valor justo registrado no resultado) são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Companhia baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou liquidadas. A Companhia utiliza a data de liquidação como critério de contabilização.

- Capital social - ações ordinárias

Ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido.

**d) Caixa e equivalentes de caixa**

Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa e investimentos financeiros com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação, os quais são sujeitos a um risco insignificante de alteração de valor.

**e) Ativo imobilizado**

- Reconhecimento e mensuração

O ativo imobilizado é mensurado ao custo histórico de aquisição ou construção, deduzido das depreciações acumuladas e perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*) acumuladas, quando necessário.

Os custos dos ativos imobilizados são compostos pelos gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição/construção dos ativos, incluindo custos dos materiais, de mão de obra direta e quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e em condição necessária para que esse possam operar. Além disso, para os ativos qualificáveis, os custos de empréstimos são capitalizados.

Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado.

Outros gastos são capitalizados apenas quando há um aumento nos benefícios econômicos do item do imobilizado a que se referem, caso contrário, são reconhecidos no resultado como despesas.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado apurados pela comparação entre os recursos advindos de alienação com o valor contábil do imobilizado, são reconhecidos no resultado em outras receitas/despesas operacionais.

O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido como tal, caso seja provável que sejam incorporados benefícios econômicos a ele e que o seu custo possa ser medido de forma confiável. O valor contábil do componente que tenha sido repostado por outro é baixado. Os custos de manutenção são reconhecidos no resultado quando incorridos.

- Depreciação

A depreciação é computada pelo método linear, às taxas consideradas compatíveis com a vida útil econômica. As principais taxas de depreciação estão demonstradas na nota explicativa nº 14.

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício social e eventuais ajustes são reconhecidos como mudanças de estimativas contábeis.

**f) Ativos intangíveis**

A Companhia possui os seguintes ativos intangíveis:

- Direito de uso e custos de desenvolvimento de sistemas informatizados.

São demonstrados ao custo de aquisição, deduzidos da amortização, calculada de acordo com a vida útil estimada.

- Direito de exploração de infraestrutura – vide item “I”.

**g) Provisões**

Uma provisão é reconhecida no balanço patrimonial quando a Companhia possui uma obrigação legal ou não formalizada constituída como resultado de um evento passado, que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são apuradas através do desconto dos fluxos de caixa futuros esperados a uma taxa antes de impostos que reflète as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo.

Os custos financeiros incorridos são registrados no resultado.

**h) *Receitas e despesas financeiras***

Receitas financeiras compreendem basicamente os juros provenientes de aplicações financeiras, mudanças no valor justo de ativos financeiros, os quais são registrados através do resultado do exercício e variações monetárias ou cambiais positivas sobre passivos financeiros.

As despesas financeiras compreendem basicamente os juros, variações monetárias e cambiais sobre passivos financeiros, mudanças no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo através do resultado e perdas por provisão para recuperação de ativos financeiros. Custos de empréstimos que não sejam diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de ativos qualificáveis são reconhecidos no resultado do exercício com base no método da taxa efetiva de juros.

**i) *Capitalização dos custos dos empréstimos***

Os custos de empréstimos são capitalizados durante a fase de construção.

**j) *Benefícios a empregados***

- Planos de contribuição definida

Um plano de contribuição definida é um plano de benefícios pós-emprego sob o qual uma entidade paga contribuições fixas para uma entidade separada (fundo de previdência) e não terá nenhuma obrigação de pagar valores adicionais. As obrigações por contribuições aos planos de pensão de contribuição definida são reconhecidas como despesas de benefícios a empregados no resultado nos períodos durante os quais serviços são prestados pelos empregados. Contribuições pagas antecipadamente são reconhecidas como um ativo mediante a condição de que haja o ressarcimento de caixa ou a redução em futuros pagamentos.

- Benefícios de curto prazo a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensuradas em uma base não descontada e são incorridas como despesas conforme o serviço relacionado seja prestado.

**k) *Imposto de renda e contribuição social***

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente a R\$ 240 (base anual) para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, considerando a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real.

O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido.

O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício, às taxas decretadas ou substancialmente decretadas na data de apresentação das demonstrações financeiras e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores.

O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação. O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando revertidas, baseando-se nas leis que foram decretadas ou substancialmente decretadas até a data de apresentação das demonstrações financeiras.



Na determinação do imposto de renda corrente e diferido a Companhia leva em consideração o impacto de incertezas relativas às posições fiscais tomadas e se o pagamento adicional de imposto de renda e juros deve ser realizado. A Companhia acredita que a provisão para imposto de renda no passivo está adequada em relação a todos os períodos fiscais em aberto baseada em sua avaliação de diversos fatores, incluindo interpretações das leis fiscais e experiência passada. Essa avaliação é baseada em estimativas e premissas que podem envolver uma série de julgamentos sobre eventos futuros. Novas informações podem ser disponibilizadas, o que levariam a Companhia a mudar o seu julgamento quanto à adequação da provisão existente; tais alterações impactarão a despesa com imposto de renda no ano em que forem realizadas.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, relacionados a impostos de renda lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação.

Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido por perdas fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis quando é provável que lucros futuros sujeitos à tributação estejam disponíveis e contra os quais serão utilizados, limitando-se a utilização, a 30% dos lucros tributáveis futuros anuais.

A Companhia considerou a adoção do Regime Tributário de Transição (RTT) para a apuração do imposto de renda e contribuição social.

No dia 11 de novembro de 2013, foi publicada a Medida Provisória (MP) nº 627, que revoga o Regime Tributário de Transição (RTT) e dispõe sobre a tributação das pessoas residentes no Brasil referente aos lucros auferidos no exterior, além de outras alterações na legislação tributária. Os dispositivos da Medida Provisória entrarão em vigor obrigatoriamente a partir do ano-calendário 2015, sendo dada a opção de aplicação antecipada de seus dispositivos a partir do ano-calendário 2014, a ser regulamentada pela Receita Federal do Brasil. A Companhia está avaliando os eventuais efeitos da nova norma e aguarda sua regulamentação, para então optar pela data de adoção e a sua conversão em lei. No melhor entendimento da Administração, baseado na opinião de nossos assessores jurídicos, não se espera impactos materiais nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2013.

Os impostos ativos diferidos decorrentes de diferenças temporárias consideram a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, fundamentados em estudo técnico de viabilidade aprovado pelos órgãos da administração.

#### ***l) Contratos de concessão de serviços - Direito de exploração de infraestrutura (ICPC 01 - R1)***

A infraestrutura, dentro do alcance da Interpretação Técnica ICPC 01- Contratos de Concessão, não é registrada como ativo imobilizado do concessionário porque o contrato de concessão prevê apenas a cessão de posse desses bens para a prestação de serviços públicos, sendo eles revertidos ao Poder Concedente após o encerramento do respectivo contrato. O concessionário tem acesso para construir e/ou operar a infraestrutura para a prestação dos serviços públicos em nome do concedente, nas condições previstas no contrato.

Nos termos dos contratos de concessão dentro do alcance desta Interpretação, o concessionário atua como prestador de serviço, construindo ou melhorando a infraestrutura (serviços de construção ou melhoria) usada para prestar um serviço público além de operar e manter essa infraestrutura (serviços de operação) durante determinado prazo.

Se o concessionário presta serviços de construção ou melhoria, a remuneração recebida ou a receber pelo concessionário é registrada pelo valor justo. Essa remuneração pode corresponder a direito sobre um ativo intangível, um ativo financeiro ou ambos. O concessionário reconhece um ativo intangível à medida que recebe o direito (autorização) de cobrar os usuários pela prestação dos serviços públicos. O concessionário reconhece um ativo financeiro na medida em que tem o direito contratual incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro do concedente pelos serviços de construção.

Tais ativos financeiros são mensurados pelo valor justo no reconhecimento inicial e após são mensurados pelo custo amortizado.

Caso a Companhia seja remunerada pelos serviços de construção parcialmente através de um ativo financeiro e parcialmente por um ativo intangível, então cada componente da remuneração recebida ou a receber é registrado individualmente e é reconhecido inicialmente pelo valor justo da remuneração recebida ou a receber.

O direito de exploração de infraestrutura é oriundo dos dispêndios realizados na construção de obras de melhoria em troca do direito de cobrar os usuários das rodovias pela utilização da infraestrutura. Este direito é composto pelo custo da construção somado à margem de lucro e aos custos dos empréstimos atribuíveis a esse ativo. A Companhia estimou que eventual margem é irrelevante, considerando-a zero.

A amortização do direito de exploração da infraestrutura é reconhecida no resultado do exercício de acordo com a curva de benefício econômico esperado ao longo do prazo de concessão da rodovia, tendo sido adotada a curva de tráfego estimada como base para a amortização.

#### **m) Novos pronunciamentos e interpretações**

Os pronunciamentos e as interpretações contábeis abaixo, emitidos até 31 de dezembro de 2013 pelo International Accounting Standards Board - IASB, não foram aplicados antecipadamente pela Companhia nas demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2013. Os mesmos serão implementados à medida que sua aplicação se torne obrigatória. A Companhia ainda não estimou a extensão dos possíveis impactos destes novos pronunciamentos e interpretações em suas demonstrações financeiras.

<b>Pronunciamento</b>	<b>Descrição</b>	<b>Vigência</b>
IFRS 9 - Instrumentos financeiros	Refere-se à primeira fase do projeto de substituição do IAS 39: Instrumentos Financeiros - Reconhecimento e Mensuração	(b)
IFRS 7 e IFRS 9 – Modificações a IFRS 7 e IFRS 9	Determina a data de aplicação mandatória da IFRS 9 e divulgações de transição	(b)
Modificações a IFRS 10, IFRS 12 e IAS 27	Introduz novas exigências de divulgação a entidades de investimento	(a)
IAS 32 – Modificações a IAS 32	Compensação de ativos e passivos financeiros	(a)

- (a) Aplicação em períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2014; e  
 (b) Aplicação em períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2015.

Adicionalmente, os pronunciamentos e as interpretações emitidos pelo IASB e IFRIC, respectivamente, listados a seguir, entraram em vigor no presente exercício e, portanto, foram adotados pela Companhia em suas demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2013.

Pronunciamento	Descrição	Vigência
IFRS 7 - Modificações na IFRS 7	Aborda as divulgações de transferências de ativos financeiros. Estabelece a divulgação - compensação de ativos e passivos financeiros.	(a)
IFRS 10, IFRS 11 e IFRS12 - Modificações a IFRS 7, IFRS 11 e IFRS 12	Demonstrações financeiras consolidadas, negócios em conjunto e divulgações de participações em outras entidades: guia de transição.	(a)
IFRS 10 - Demonstrações financeiras consolidadas	Substitui as partes do IAS 27 que tratam de quando e como um investidor deve preparar demonstrações financeiras consolidadas e substitui o SIC -12.	(a)
IFRS 11 - Acordos de Participações	Requer o uso do método de equivalência patrimonial para participações em “joint ventures”, eliminando o método de consolidação proporcional.	(a)
IFRS 12 - Divulgações de participações em outras entidades	Estabelece o objetivo das divulgações e as divulgações mínimas para entidades que tenham investimentos em subsidiárias, controladas em conjunto, associadas ou outras entidades não consolidadas.	(a)
IFRIC 20 - Custos de produção sobre mineração	Esclarece como proceder quanto ao custo de produção associados remoção da superfície de uma mina, inclusive sobre reconhecimento inicial dos ativos, ativos não correntes, depreciação e amortização entre outros.	(a)
IFRS 13 - Valor justo	Estabelece em um único IFRS a estrutura de mensuração do valor justo e exige divulgações sobre o mesmo.	(a)
IAS 19 - Benefícios a empregados	Fornece aos investidores e outros usuários das demonstrações financeiras uma idéia mais clara das obrigações atuais e futuras da empresa, decorrentes de planos de benefícios definidos e como essas obrigações afetarão a posição financeira, o desempenho e os fluxos de caixa.	(a)
IAS 27 (R) e IAS 28 (R) - Modificações	Modificações para equalização com as IFRS 10, 11 e 12.	(a)

(a) Aplicação em períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2013.

### 3. Apresentação das Demonstrações Financeiras

#### *Declaração de conformidade*

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem as normas estabelecidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC e os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aplicadas de maneira consistente.

As demonstrações financeiras consolidadas não estão sendo apresentadas pela Companhia de acordo com os requisitos do Pronunciamento Técnico CPC 36 (R3) – Demonstrações Consolidadas por enquadrar-se nos itens do artigo 10 desse Pronunciamento. Além disso, sua controladora CCR S.A., já apresenta demonstrações consolidadas, a qual foi publicada no dia 13 de março de 2014.

Em 19 de fevereiro de 2014, foi autorizada pela Administração da Companhia a conclusão destas demonstrações financeiras.

#### *Base de mensuração*

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo através do resultado.

### ***Uso de estimativas e julgamentos***

A preparação das demonstrações financeiras, preparadas de acordo com as normas do CPC, exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas periodicamente pela Administração da Companhia, sendo as alterações reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

As informações sobre julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas e/ou incertezas sobre as premissas e estimativas relevantes, estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

#### **Nota**

- 2 Classificação de obras de melhorias incorporadas ao ativo intangível - ICPC01 (R1)
- 7 Provisão para crédito de liquidação duvidosa
- 9b Impostos diferidos
- 14 Depreciação do ativo imobilizado
- 15 Amortização dos ativos intangíveis
- 19 Provisão para riscos cíveis, trabalhistas, previdenciários e tributários
- 23 Instrumentos financeiros

## **4. Determinação dos valores justos**

Diversas políticas e divulgações contábeis da Companhia exigem a determinação do valor justo, tanto para os ativos e passivos financeiros como para os não financeiros. Os valores justos têm sido apurados para propósitos de mensuração e/ou divulgação baseados nos métodos a seguir. Quando aplicável, as informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas nas notas específicas àquele ativo ou passivo.

- Investimentos títulos financeiros

O valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado é apurado por referência aos seus preços de fechamento na data de apresentação das demonstrações financeiras.

- Passivos financeiros não derivativos

O valor justo determinado para fins de registro contábil e divulgação é calculado baseando-se no valor presente dos fluxos de caixa futuros projetados. As taxas utilizadas nos cálculos foram obtidas de fontes públicas (BM&FBovespa e Bloomberg).

## **5. Gerenciamento de riscos financeiros**

### **Visão geral**

A Companhia apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros:

- a) Risco de crédito;
- b) Risco de taxas de juros e inflação;
- c) Risco de estrutura de capital (ou risco financeiro) e liquidez.

A seguir, estão apresentadas as informações sobre a exposição da Companhia a cada um dos riscos supramencionados e os objetivos, políticas e processos para a mensuração e gerenciamento de risco e capital. Divulgações quantitativas adicionais são incluídas ao longo destas demonstrações financeiras.

**a) Risco de crédito**

Decorre da possibilidade de a Companhia sofrer perdas decorrentes de inadimplência de suas contrapartes ou de instituições financeiras depositárias de recursos ou de investimentos financeiros. Para mitigar esses riscos, adota-se como prática a análise das situações financeira e patrimonial das contrapartes, assim como a definição de limites de crédito e acompanhamento permanente das posições em aberto, exceto para contas a receber de meios eletrônicos que potencialmente sujeitam à concentração de risco de crédito. No que tange às instituições financeiras, somente são realizadas operações com instituições financeiras de baixo risco avaliadas por agências de *rating*.

**b) Risco de taxas de juros e inflação**

Decorre da possibilidade de sofrer redução nos ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros.

A Companhia está exposta a taxas de juros flutuantes, principalmente relacionadas às variações (1) do CDI para empréstimos de capital de giro (2) da TJLP relativo aos financiamentos em reais. As taxas de juros nas aplicações financeiras são em sua maioria vinculadas à variação do CDI. Detalhamentos a esse respeito podem ser obtidos nas notas explicativas nº 6 e nº 16.

As tarifas são reajustadas por índices de inflação.

**c) Risco de estrutura de capital (ou risco financeiro) e liquidez**

Decorre da escolha entre capital próprio (aportes de capital e retenção de lucros) e capital de terceiros que a Companhia faz para financiar suas operações. Para mitigar os riscos de liquidez e otimizar o custo médio ponderado do capital, são monitorados permanentemente os níveis de endividamento de acordo com os padrões de mercado e o cumprimento de índices (*covenants*) previstos em contratos de empréstimos e financiamentos.

Informações sobre os vencimentos dos instrumentos financeiros passivos podem ser obtidas nas respectivas notas explicativas.

Em 31 de dezembro de 2013, a Companhia possui capital circulante líquido negativo de R\$ 54.228, substancialmente composto por notas promissórias, conforme mencionado na nota explicativa nº 17. Essas dívidas são substancialmente formadas por captações aplicadas em projetos já performados. Além da geração de caixa decorrente de suas atividades, a Companhia está permanentemente reestruturando suas dívidas.

**6. Caixa e equivalentes de caixa**

	<u>2013</u>	<u>2012</u>
Caixa e bancos	2.076	1.514
Aplicações financeiras		
Fundos de Investimentos	<u>15.484</u>	<u>-</u>
	<u>17.560</u>	<u>1.514</u>

As aplicações financeiras foram remuneradas, em média, à taxa de 99,56% do CDI, equivalente a 8,03% ao ano.

**7. Contas a receber**

	<u>2013</u>	<u>2012</u>
<b>Circulante</b>		
Cartões de crédito	143	147
RioCard e outros	<u>487</u>	<u>407</u>
	<u>630</u>	<u>554</u>
<b>Não circulante</b>		
Ativo financeiro (a)	<u>23.061</u>	<u>18.934</u>
	<u>23.061</u>	<u>18.934</u>

(a) Refere-se ao direito contratual de receber caixa junto ao poder concedente em troca de melhorias na infraestrutura, no momento da reversão de bens, ao término do contrato de concessão. Abaixo está demonstrada a movimentação do saldo em 2013:

	<u>2013</u>			
	<u>Saldo Inicial</u>	<u>Ajuste a Valor Presente</u>	<u>Adições</u>	
Contas a receber	<u>18.934</u>	<u>2.535</u>	<u>1.592</u>	<u>23.061</u>

**Idade de Vencimentos dos Títulos**

	<u>2013</u>	<u>2012</u>
Créditos a vencer	<u>630</u>	<u>554</u>
	<u>630</u>	<u>554</u>

**8. Impostos a recuperar**

	<u>2013</u>	<u>2012</u>
Imposto a recuperar Lei 11.941/09	<u>512</u>	<u>91</u>
	<u>512</u>	<u>91</u>

**9. Imposto de renda e contribuição Social**

**a. Conciliação do imposto de renda e contribuição social – diferidos**

A conciliação do imposto de renda e contribuição social registrada no resultado é demonstrada a seguir:

	<u>2013</u>	<u>2012</u>
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social	(55.407)	(63.128)
Alíquota nominal	<u>34%</u>	<u>34%</u>
Imposto de renda e contribuição social à alíquota nominal	18.838	21.464
Efeito tributário das adições e exclusões permanentes		
Provisões indedutíveis	(591)	(19.608)
Equivalência patrimonial	<u>(224)</u>	<u>(531)</u>
Despesa de imposto de renda e contribuição social	18.023	1.325
Imposto diferido excedente ao limite de compensação	(18.023)	-
Constituição de impostos diferidos não constituídos em exercícios anteriores	<u>-</u>	<u>48.186</u>
Impostos diferidos	<u>-</u>	<u>49.511</u>

**b. Impostos diferidos**

O montante de R\$ 51.890 em 31 de dezembro de 2013 e 2012 refere-se ao imposto diferido constituído sobre prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, constituído no limite de compensação.

A Companhia estima recuperar o crédito tributário decorrente de prejuízos fiscais e base negativa da contribuição social nos seguintes exercícios:

2017	1.525
2018 em diante	<u>50.365</u>
	<u>51.890</u>

**10. Estoques**

	<u>2013</u>	<u>2012</u>
Peças e acessórios	2.050	547
Óleo diesel	-	252
Óleo lubrificante	209	185
Materiais elétricos	211	114
Materiais de pintura	204	81
Materiais de uso e consumo	112	79
Outros	81	119
	<u>2.867</u>	<u>1.377</u>

**11. Despesas antecipadas e outras contas a receber**

	<u>2013</u>	<u>2012</u>
<b>Circulante</b>		
Adiantamentos a fornecedores	2.799	1.146
Taxas e Impostos a apropriar	-	471
Adiantamentos de pessoal	1.740	440
Seguros	36	432
	<u>4.575</u>	<u>2.489</u>
<b>Não Circulante</b>		
Precatórios a receber (a)	3.781	3.781
Contas a receber - SEFAZ	2.644	2.644
Outras contas a receber	260	260
	<u>6.685</u>	<u>6.685</u>

- (a) Refere-se a crédito de precatórios adquiridos, os quais serão utilizados para compensação do pagamento de parcelamento de ICMS, conforme permitido pela Lei 6136/11 (Refis Estadual do Rio de Janeiro – 2012).

**12. Passivo a descoberto****a) Composição do passivo a descoberto**

	Participação	Patrimônio líquido (Passivo a descoberto)		Provisão para passivo a descoberto		Resultado líquido do exercício da investida		Resultado de equivalência patrimonial	
		2013	2012	2013	2012	2013	2012	2013	2012
ATP	99,995%	<u>(1.725)</u>	<u>(1.066)</u>	<u>(1.725)</u>	<u>(1.066)</u>	<u>(659)</u>	<u>(1.562)</u>	<u>(659)</u>	<u>(1.562)</u>



**b) Movimentação do passivo a descoberto**

	2011	2012		2013	
	Saldo inicial	Resultado de equivalência patrimonial	Saldo	Resultado de equivalência patrimonial	Saldo Final
ATP	496	(1.562)	(1.066)	(659)	(1.725)

**c) Demonstrações financeiras da investida**

	2013				2012			
	Total do ativo	Total do passivo circulante e não circulante	Total das receitas líquidas do exercício	Prejuízo do exercício	Total do ativo	Total do passivo circulante e não circulante	Total das receitas líquidas do exercício	Prejuízo do exercício
ATP	2.334	(4.059)	8.362	(659)	1.020	(2.086)	6.066	(1.562)

**13. Partes relacionadas**

Os saldos de ativos e passivos em 31 de dezembro de 2013 e 2012, assim como as transações que influenciaram os resultados dos exercícios de 2013 e 2012, relativos às operações com partes relacionadas, decorrem de transações entre a Companhia, sua controladora, profissionais chave da administração e outras partes relacionadas.

	Transações			Saldos		
	Resultado			Ativo	Passivo	
	Serviços prestados	Receitas	Despesas financeiras	Contas a receber	Fornecedores a Pagar e ILP	Mútuos
<b>Controladora</b>						
CCR (a)	2.779	-	-	-	-	-
<b>Outras partes relacionadas</b>						
CPC (b) (c)	2.265	-	868	-	-	20.525
SPTA (c)	-	-	222	-	-	5.135
ATP (d)	-	2.610	-	3.787	-	-
JCA Holding Participações Ltda.	-	-	-	84	-	-
Sit Macae	-	-	-	66	-	-
Auto Viação 1001 Ltda. (e)	-	-	-	-	276	-
MTH Houdster en Maritiem Trans (f)	2.293	-	-	-	2.318	-
Ponte (e)	-	-	-	-	1	-
Metrô Bahia (e)	-	-	-	17	-	-
ViaQuatro (e)	-	-	-	-	38	-
Total não circulante, 31 de Dezembro de 2013				3.954	2.633	25.660
Total, 31 de Dezembro de 2013	7.337	2.610	1.090	3.954	2.633	25.660
Total, 31 de Dezembro de 2012	-	2.003	-	1.915	292	-

**Despesas com profissionais chaves da administração:**

Benefícios de curto prazo - remuneração fixa	657
Outros benefícios:	
Provisão de participação no resultado	500
Previdência privada	30
Seguro de vida	2
	<u>1.189</u>

Na AGO realizada em 30 de abril de 2013, foi fixada a remuneração anual dos membros do conselho da administração e diretoria da Companhia de até R\$ 1.000, a qual não inclui os encargos sociais. O excedente pago em relação ao aprovado, será submetido à ratificação na próxima AGO.

**Saldos a pagar aos profissionais chave da administração:**

	<u>2013</u>
Remuneração dos administradores (g)	214

- a) Prestador de serviços de contabilidade, acessória jurídica, suprimentos, tesouraria e recursos humanos ao Grupo CCR;
- b) Prestador de serviços de administração de obras de investimentos, conservação, serviços de informática e manutenção ao Grupo CCR;
- c) Contrato de mútuo remunerado à variação acumulada de 105% do CDI com vencimento em 14 de abril de 2014;
- d) Receita de sub-rogação de contratos de receitas acessórias à ATP;
- e) Refere-se a encargos de folha de pagamento relativo à transferência de colaboradores;
- f) Refere-se a aluguéis de embarcações;
- g) Contempla o valor total à pagar referente à remuneração fixa e variável atribuível aos membros da Administração: conselho de administração (somente remuneração fixa) e diretoria.

**14. Ativo imobilizado**

	Taxa média anual de depreciação %	2013			2012		
		Custo	Depreciação	Líquido	Custo	Depreciação	Líquido
Móveis e utensílios	10	817	(142)	675	585	(80)	505
Máquinas e equipamentos	15	2.630	(525)	2.105	1.636	(242)	1.394
Veículos	20	357	(68)	289	142	(57)	85
Sistema Operacional	11	74	(2)	72	-	-	-
Imobilizado em andamento	-	15.210	-	15.210	3.777	-	3.777
		<u>19.088</u>	<u>(737)</u>	<u>18.351</u>	<u>6.140</u>	<u>(379)</u>	<u>5.761</u>

### Movimentação do custo

	2012	2013		
	Saldo inicial	Adições	Transferências (a)	Saldo final
Móveis e utensílios	585	-	232	817
Máquinas e equipamentos	1.636	-	994	2.630
Veículos	142	-	215	357
Sistema Operacional	-	-	74	74
Imobilizado em andamento	3.777	14.159	(2.726)	15.210
	6.140	14.159	(1.211)	19.088

(a) Reclassificações do ativo imobilizado para o intangível.

Foram acrescidos aos ativos imobilizados, custos de empréstimos no montante de R\$ 692 em 2013. A taxa média de capitalização em 2013 foi de 6,18% a.a. (custo dos empréstimos dividido pelo saldo médio de empréstimos, financiamentos e debêntures).

### Movimentação da depreciação

	2012	2013	
	Saldo inicial	Adições	Saldo final
Móveis e utensílios	(80)	(62)	(142)
Máquinas e equipamentos	(242)	(283)	(525)
Veículos	(57)	(11)	(68)
Sistema Operacional	-	(2)	(2)
	(379)	(358)	(737)

(a) Reclassificações do ativo imobilizado para o intangível.

## 15. Ativo intangível

	Taxa média anual de amortização %	2013			2012		
		Custo	Amortização	Líquido	Custo	Amortização	Líquido
Direitos de exploração da infraestrutura	(*)	297.436	(115.085)	182.351	270.285	(97.731)	172.554
Direitos de uso de sistemas informatizados	20	2.307	(1.017)	1.290	1.096	(832)	264
		299.743	(116.102)	183.641	271.381	(98.563)	172.818

(\*) Amortização linear baseada no prazo remanescente da concessão.

**Movimentação do custo**

	2012		2013	
	Saldo inicial	Adições	Transferências (a)	Saldo final
Direitos de exploração da infraestrutura	270.285	27.151	-	297.436
Direitos de uso de sistemas informatizados	1.096	-	1.211	2.307
	<u>271.381</u>	<u>27.151</u>	<u>1.211</u>	<u>299.743</u>

Foram acrescidos aos ativos intangíveis, custos de empréstimos no montante de R\$ 873 em 2013. A taxa média de capitalização em 2013 foi de 6,18% a.a. (custo dos empréstimos dividido pelo saldo médio de empréstimos, financiamentos e debêntures).

**Movimentação da amortização**

	2012		2013	
	Saldo inicial	Adições	Saldo final	
Direitos de exploração da infraestrutura	(97.731)	(17.354)	(115.085)	
Direitos de uso de sistemas informatizados	(832)	(185)	(1.017)	
	<u>(98.563)</u>	<u>(17.539)</u>	<u>(116.102)</u>	

(a) Reclassificações do ativo imobilizado para o intangível.

**16. Empréstimos e financiamentos**

Em moeda nacional	Taxas contratuais (% a.a.)	Vencimento final	2013	2012
Bradesco S/A.	CDI + 0,70% a.a.	Abril de 2013	-	118.354 (a)
Total Circulante			<u>-</u>	<u>118.354</u>

**Garantias:**

(a) Fiança bancária com aval do acionista controlador

Em 16 de abril de 2013, foram liquidadas a totalidade das cédulas de crédito bancário.

## 17. Notas promissórias

Instituições financeiras	Taxas contratuais	Taxa efetiva do custo de transação (% a.a)	Custos de transação incorridos	Saldos dos custos a apropriar	Vencimento final	2013	2012
Cetip (Notas promissórias)	110% do CDI	0,6674% (a)	631	421	Abril de 2014	193.686	- (b)
<b>Total geral</b>				<u>421</u>		<u>193.686</u>	<u>-</u>
<b>Circulante</b>							
Notas Promissórias						194.107	-
Custos de transação						<u>(421)</u>	<u>-</u>
						<u>193.686</u>	<u>-</u>

(a) O custo efetivo destas transações refere-se à taxa interna de retorno (TIR) calculada considerando os juros contratados mais os custos de transação. Para os casos aplicáveis, não foram consideradas para fins de cálculo da TIR as taxas contratuais variáveis.

### Garantias:

(b) Fidejussória do acionista controlador.

A seguir especificamos as principais condições, vinculadas ao contrato de notas promissórias.

- Em 16 de abril de 2013, foi realizada a 1ª Emissão de notas comerciais, sendo 10 notas comerciais, série única, com garantia fidejussória, para distribuição pública, com esforços restritos, com valor nominal total de emissão de R\$ 146.000, remuneração correspondente ao CDI e conta com aval de 80% da CCR e 20% da JCA Holdings Participações S.A.
- Em 14 de outubro de 2013 foi feito o refinanciamento da operação e contratada a 2ª Emissão de notas comerciais, junto ao Banco Bradesco, com vencimento de juros e principal em 12 de abril de 2014, remuneração de 110% do CDI. O valor nominal total da emissão foi de R\$ 190.000, divididos em três séries.
- As séries foram emitidas conforme participação dos acionistas, sendo a primeira série no valor de R\$ 152.000, com aval da CCR, a segunda série no valor de R\$ 19.000, com aval da JCA Holdings Participações e a terceira série no valor de R\$ 19.000, com aval da RioPar.

## 18. Impostos e contribuições a recolher e parcelados

### *a. Obrigações fiscais federais, estaduais e municipais - a recolher*

	<u>2013</u>	<u>2012</u>
ICMS	12.360	12.324
Registro imobiliário patrimonial - Taxa de Ocupação	191	5.479
COFINS	80	341
PIS	17	74
Outras Obrigações	<u>334</u>	<u>146</u>
	<u>12.982</u>	<u>18.364</u>

### *b. Obrigações fiscais parceladas*

	2012	2013			
	Saldo Inicial	Juros	Realizações	Transferências	Total
<b>Circulante</b>					
<b>Federal</b>					
Parcelamento Lei 11.941/09 (a)	1.287	46	(1.314)	1.182	1.201
<b>Municipal</b>					
ISS	239	-	(100)	69	208
IPTU	338	-	(294)	254	298
<b>Total</b>	<u>1.864</u>	<u>46</u>	<u>(1.708)</u>	<u>1.505</u>	<u>1.707</u>
<b>Não Circulante</b>					
<b>Federal</b>					
Parcelamento Lei 11.941/09 (a)	3.509	190	-	(1.182)	2.517
<b>Municipal</b>					
ISS	69	-	-	(69)	-
IPTU	406	-	-	(254)	152
<b>Total</b>	<u>3.984</u>	<u>190</u>	<u>-</u>	<u>(1.505)</u>	<u>2.669</u>

	2011	2012			
	Saldo Inicial	Juros	Realizações	Transferências	Total
<b>Circulante</b>					
<b>Federal</b>					
Parcelamento Lei 11.941/09 (a)	1.973	1.205	(2.056)	165	1.287
<b>Municipal</b>					
ISS	750	-	(614)	103	239
IPTU	339	-	(355)	354	338
<b>Estadual</b>					
ICMS	770	-	(770)	-	-
<b>Total</b>	<u>3.832</u>	<u>1.205</u>	<u>(3.795)</u>	<u>622</u>	<u>1.864</u>
<b>Não Circulante</b>					
<b>Federal</b>					
Parcelamento Lei 11.941/09 (a)	3.674	-	-	(165)	3.509
<b>Municipal</b>					
ISS	172	-	-	(103)	69
IPTU	760	-	-	(354)	406
<b>Estadual</b>					
ICMS	-	-	-	-	-
<b>Total</b>	<u>4.606</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(622)</u>	<u>3.984</u>

- (a) Em novembro de 2009, a Companhia aderiu a Lei 11.941/09, visando migrar os parcelamentos existentes anteriormente de débitos fiscais e previdenciários federais, inclusive os inscritos na Dívida Ativa da União, consolidados quando da adesão ao Programa de Parcelamento Especial – PAES – Lei 10.684/03 e o Programa de Parcelamento Excepcional – PAEX – por parte de RFB e PGFN. Na migração do parcelamento a Companhia compensou multa e juros devidos com prejuízos fiscais (IRPJ) e bases negativas de contribuição social no montante de R\$14.106, conforme permitido na forma da Lei.

### 19. Provisão para riscos cíveis, trabalhistas, previdenciários e tributários

A Companhia é parte em ações judiciais e processos administrativos perante vários tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões cíveis, tributárias e trabalhistas e cíveis.

A Administração constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as prováveis perdas estimadas com as ações em curso, conforme quadro abaixo, com base em (i) informações de seus assessores jurídicos, (ii) análise das demandas judiciais pendentes e (iii) com base na experiência anterior referente às quantias reivindicadas:

	2012	2013				
	Saldo inicial	Constituição/ reversão de provisão	Pagamentos	provisão de juro	Transferências	Saldo final
<b>Não circulante</b>						
Cíveis e tributárias	580	238	(89)	34	(111)	652
Trabalhistas	34.766	341	(101)	3.491	111	38.608
<b>Total</b>	<b>35.346</b>	<b>579</b>	<b>(190)</b>	<b>3.525</b>	<b>-</b>	<b>39.260</b>

	2011	2012		
	Saldo	Constituição/ reversão de provisão	Pagamentos	Saldo final
<b>Não circulante</b>				
Cíveis e tributárias	1.868	(1.288)	-	580
Trabalhistas	8.451	29.359	(3.044)	34.766
<b>Total</b>	<b>10.319</b>	<b>28.071</b>	<b>(3.044)</b>	<b>35.346</b>

Além dos pagamentos dos processos provisionados com diagnóstico de provável, a Companhia efetuou acordos para pagamentos de processos administrativos, na esfera cível no montante de R\$ 118 e trabalhistas R\$ 97.

A Companhia possui outros riscos passivos relativos a questões cíveis, tributárias e trabalhistas, avaliadas pelos assessores jurídicos como sendo de risco possível, nos montantes indicados a seguir, para os quais nenhuma provisão foi constituída, tem em vista que as práticas contábeis adotadas no Brasil não determinam sua contabilização.

	<u>2013</u>	<u>2012</u>
Cíveis e tributárias	670	2.161
Trabalhistas	<u>3.027</u>	<u>2.435</u>
	<u><u>3.697</u></u>	<u><u>4.596</u></u>

## 20. Patrimônio Líquido

### Capital social

O capital social subscrito e integralizado da Companhia é de R\$ 243.236, dividido em 32.745.496.924 ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal.

## 21. Receitas

	<u>2013</u>	<u>2012</u>
Receita de transporte aquaviário	142.190	131.339
Receitas acessórias	-	2.003
Receitas administrativas	2.610	-
Receitas de construção (ICPC 01 R1)	25.258	619
Outras receitas	<u>98</u>	<u>246</u>
<b>Receita bruta</b>	170.156	134.207
Impostos sobre receitas	(4.270)	(5.142)
Devoluções e abatimentos	<u>(1.336)</u>	<u>(770)</u>
<b>Deduções da receita bruta</b>	<u><u>(5.606)</u></u>	<u><u>(5.912)</u></u>
<b>Receita líquida</b>	<u><u>164.550</u></u>	<u><u>128.295</u></u>



## 22. Resultado financeiro

	<u>2013</u>	<u>2012</u>
<b>Despesas financeiras</b>		
Variação cambial sobre empréstimos e financiamentos	-	(9.425)
Juros sobre notas promissórias	(10.947)	-
Juros sobre empréstimos e financiamentos	(2.618)	(8.540)
IOF	(559)	(1.064)
Juros e multas sobre obrigações fiscais - Lei 11.941/09	(742)	(1.205)
Taxas, comissões e outras despesas financeiras	(129)	(161)
Outras variação cambiais	(201)	(942)
Juros e variações monetárias sobre mútuos	(1.090)	-
Juros sobre impostos parcelados	(236)	-
Capitalização de custos dos empréstimos	1.565	-
	<u>(14.957)</u>	<u>(21.337)</u>
<b>Receitas financeiras</b>		
Variação cambial sobre empréstimos e financiamentos	-	5.378
Ajuste a valor presente ativo financeiro	2.535	2.194
Rendimento sobre aplicações financeiras	1.054	-
Juros e outras receitas financeiras	151	85
	<u>3.740</u>	<u>7.657</u>
<b>Resultado financeiro líquido</b>	<u>(11.217)</u>	<u>(13.680)</u>

## 23. Instrumentos financeiros

Para apoio ao Conselho de Administração da Companhia, nas questões financeiras estratégicas, a Companhia possui um Comitê Financeiro, formado por conselheiros indicados pelos acionistas controladores e conselheiros independentes, que analisa as questões que dizem respeito à política e estrutura financeira da Companhia, acompanha e informa o Conselho de Administração sobre questões financeiras chave, tais como empréstimos/refinanciamentos de dívidas de longo prazo, análise de risco, exposições ao câmbio, aval em operações, nível de alavancagem, política de dividendos, emissão de títulos de dívida e investimentos.

Todas as operações com instrumentos financeiros estão classificadas e reconhecidas nas demonstrações financeiras da Companhia, conforme o quadro a seguir:

**Instrumentos financeiros por categoria**

	2013			2012	
	Valor justo através do resultado	Empréstimos e recebíveis	Passivo financeiro mensurado ao custo amortizado	Empréstimos e recebíveis	Passivo financeiro mensurado ao custo amortizado
<b>Ativos</b>					
Aplicações financeiras	15.484	-	-	-	-
Contas a receber	-	23.691	-	19.488	-
Contas a receber - partes relacionadas	-	3.954	-	1.915	-
<b>Passivos</b>					
Empréstimos e financiamentos	-	-	-	-	(118.354)
Notas promissórias (a)	-	-	(193.686)	-	-
Fornecedores, alugueis de embarcações a pagar e outras contas a pagar	-	-	(8.973)	-	(8.412)
Mútuos - partes relacionadas	-	-	(25.660)	-	-
Fornecedores - partes relacionadas	-	-	(2.633)	-	(292)
<b>Total</b>	<b>15.484</b>	<b>27.645</b>	<b>(230.952)</b>	<b>21.403</b>	<b>(127.058)</b>

(a) Valores líquidos dos custos de transação.

Os seguintes métodos e premissas foram adotados na determinação do valor justo:

- **Aplicações financeiras** - São definidas como ativos mensurados ao valor justo através do resultado, sendo o valor justo idêntico ao valor contábil em virtude do curto prazo de vencimento dessas operações;
- **Contas a receber, contas a receber - partes relacionadas, fornecedores, alugueis de embarcação a pagar, outras contas a pagar e fornecedores – partes relacionadas** - Os valores justos são próximos dos saldos contábeis, dado o curto prazo para liquidação das operações.
- **Empréstimos, financiamentos e notas promissórias**- Caso fosse adotado o critério de reconhecer esses passivos pelos seus valores justos, os saldos apurados seriam os seguintes:

	2013		2012	
	Valor contábil (a)	Valor justo	Valor contábil (a)	Valor justo
Empréstimos e financiamentos	-	-	118.354	118.479
Notas Promissórias	194.107	194.625	-	-

(a) Valores brutos dos custos de transação.

**Hierarquia de valor justo**

A Companhia possui os saldos abaixo de instrumentos financeiros avaliados pelo valor justo, os quais estão qualificados no nível 2:

	2013
Aplicações financeiras	15.484

Os diferentes níveis de hierarquia são:

- Nível 1: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos;
- Nível 2: *inputs*, exceto preços cotados, incluídas no nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços); e
- Nível 3: premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis).

#### Análise de sensibilidade de variações nas taxas de juros

Abaixo estão demonstrados os valores resultantes das variações monetárias e de juros sobre os contratos de empréstimos, financiamentos e notas promissórias com taxas pós-fixadas, no horizonte de 12 meses, ou seja, até 31 de dezembro de 2014 ou até o vencimento final de cada operação, o que ocorrer primeiro.

Operação	Risco	Vencimentos até	Exposição em R\$ <sup>(3)</sup>	Efeito em R\$ no resultado		
				Cenário provável	Cenário A 25%	Cenário B 50%
Passivos Financeiros						
Notas Promissórias	Aumento do CDI	Abril de 2014	194.107	(4.552)	(5.645)	(6.723)
Total do efeito de ganho ou (perda)				<u>(4.552)</u>	<u>(5.645)</u>	<u>(6.723)</u>
As taxas de juros consideradas foram <sup>(1)</sup> :						
	CDI <sup>(2)</sup>			9,77%	12,21%	14,66%

(1) As taxas apresentadas acima serviram como base para o cálculo. As mesmas foram utilizadas nos 12 meses do cálculo:

No item (2) abaixo, esta detalhada a premissa para obtenção das taxas do cenário provável:

(2) Refere-se à taxa de 31/12/2013, divulgada pela CETIP;

(3) Nos valores de exposição não estão deduzidos os custos de transação e também não estão considerados os saldos de juros em 31/12/2013, quando estes não interferem nos cálculos dos efeitos posteriores.

#### 24. Cobertura de Seguros

Em 31 de dezembro de 2013, as coberturas proporcionadas pelas apólices de seguros da Companhia foram resumidas conforme abaixo:

- Seguro patrimonial - R\$ 21.000.
- Flutuantes - R\$ 3.316.
- Cascos marítimos - R\$ 8.483.
- Responsabilidade civil - passageiros - R\$ 1.000.

- Riscos de Engenharia – R\$ 39.695.
- Cascos marítimos - catamarãs - US\$ 54.546 mil.
- Protection & Indemnity (P&I) - US\$ 20.000.

\*\*\*\*\*

**Composição da Diretoria**

Márcio Roberto de Morais Silva

Diretor Presidente

João Daniel Marques da Silva

Diretor

**Contador**

Hélio Aurélio da Silva

CRC 1SP141128/O-2-S-RJ